

ACTA NÚMERO 119 (CENTO E DEZANOVE)

Aos doze dias do mês de Janeiro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no auditório do Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, sito na Av.ª Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, reuniu em segunda convocatória a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), regularmente convocada para o efeito, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um – Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento de 2017;

Ponto Dois – Remuneração do Presidente da Direcção para o ano 2017;

Ponto Três – Cooptação do Vice-Presidente da Direcção da FPR – Marta Sofia Cardoso Duarte da Silva Ferreira;

Ponto Quatro – Ratificação da filiação de Be You Rugby, Ginásio Clube Figueirense, União Sport Club, Grupo Desportivo Alcochetense, Associação de Rugby Os Milhafres e Grupo Cultural e Desportivo de Paços – Fafe (artº. 12º dos Estatutos)

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes, pelo Vice-Presidente, Miguel Cordovil Matos e pelo Secretário Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória (18.00 horas), o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º4 do Artigo 20.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (18.30 horas).

À hora marcada para a segunda convocatória encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: Tito Arantes Fontes (A.Sporting CP-Rugby); Miguel Cordovil Matos, Miguel Rodrigues e José Sacavém (CDUL); Paulo Picão (AA Coimbra); Leonardo Falcão Trigo (AAIS Agronomia); Vasco Sevinato Pinto e Nuno Salvador Costa (AEIS Agronomia); Luis Batista (Belas RC); António Marques (Caldas RC); António Português (CDUP); Miguel Freudental e Diogo Barbosa (CF Belenenses); Pedro Lucas, Artur Conceição e Jorge Rosa (CR Técnico); António Costa (CRAV); Pedro Fragoso Mendes (GD Direito); Carlos Reis e José Maria Sampaio (GDS Cascais); José Carlos Moura e João Paulo Sousa (RC Loulé); José Carlos Duarte (RC Lousã); Nuno Coelho (ANAR); Miguel Teixeira (ARS); Alcino Silva (CRRC) Luis Sousa Miranda (Árbitros); Francisco Fragateiro (Treinadores); Gonçalo Foro e Isabel Ozório (Atletas Internacionais); Leonor Amaral (Atletas Femininas) e Inês Marques (Atletas Competições FPR).

Como ponto prévio à ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral apresentou aos delegados as razões que levaram ao atraso na convocatória desta Assembleia, tendo de seguida colocado à consideração da Assembleia Geral o pedido formulado à Mesa pelos senhores Luis Canogia, Frederico Taborda, Ricardo Nunes e Rodrigo Alves, no sentido de serem autorizados a assistir à presente Assembleia, ainda que naturalmente sem a possibilidade de intervir na mesma em sede de votação, conforme previsto n.º10 do Art.º20.º dos Estatutos da FPR. Posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

Encontravam-se também presentes o Presidente da FPR Luis Cassiano Neves, os Vice-Presidentes da Direcção Carlos Lobo Gaspar e Rui Augusto

da Silva Neves, admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral nos termos do n.º10 do Artigo 20.º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby.

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos estatutários, o Presidente deu então início à Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 18.30 horas.

Dando início à sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da FPR que referiu que o orçamento vive fundamentalmente do apoio do Estado, estando ainda em aberto as verbas a que a FPR tem direito. O orçamento aqui apresentado é um exercício que visa potenciar a capacidade de financiamento do IPDJ, mas tal só poderá ser confirmado em Março, com a celebração do contrato com o IPDJ. Em função do que se conseguir, ou não, contratualizar, o Presidente da FPR alertou para a possibilidade de se ter de submeter à Assembleia Geral um orçamento rectificativo em Março. Segundo referiu, se não houver uma mudança radical ao nível do financiamento, terão de ser aplicadas medidas de fundo a discutir em sede de Assembleia Geral, para além de redução salarial de 20% que ocorreu este ano e que implicou alguma redução de actividade.

Luis Cassiano Neves salientou que apesar dos valores da modalidade e da grande actividade da FPR e dos Clubes junto da população com carências sociais, se não houver uma Selecção forte e com aspirações a apuramento para o Mundial, torna-se muito difícil obter patrocínios de outra dimensão. Em função dos resultados do desenvolvimento do rugby em Portugal e também porque se preveem forte quebras de receitas no Mundial de 2019 no Japão, a World Rugby reduziu o seu apoio para 80.000 Libras anuais, porém, se a Selecção de XV conseguir vencer o Trophy e for longe na qualificação para o Mundial os apoios não sofrerão qualquer redução e poderão inclusivamente ser aumentados. Assim sendo e dada a disponibilidade dos jogadores que actuam nos campeonatos

profissionais o seu contributo irá ser aproveitado pelo que não será possível fazer uma poupança idêntica ao ano passado.

Passando a palavra ao Vice-Presidente da Direcção Carlos Lobo Gaspar, o mesmo fez uma apresentação do orçamento salientando que mais de 50% das verbas são para salários.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra aos delegados:

O delegado da AA Coimbra Paulo Picão congratulou-se com a comunicação da FPR, que considera dignificar o rugby e poder atrair patrocinadores. Referiu que a aposta na Selecção de XV é uma inversão na estratégia da FPR no passado e espera que tal não prejudique o desenvolvimento. Desafiou a FPR a juntar os clubes aos seus projectos, manifestando a disponibilidade da Académica em ajudar a criar um Centro de Alto Rendimento em Coimbra à semelhança do que já existe no Porto, de forma a haver igualdade nas convocatórias para as seleções jovens evitando situações como ocorreram recentemente com a selecção de sub-20.

José Maria Sampaio, do Cascais, compreende que haja uma inversão na estratégia da Federação mas espera que esta aposta na selecção não prejudique o normal funcionamento dos campeonatos.

Luis Miranda, dos árbitros, congratulou-se com a nova forma de apresentação do orçamento, que passou a reconhecer os custos com a arbitragem no departamento de competições, e com a aposta no enquadramento técnico.

O Presidente da Federação da FPR agradeceu a intervenção de Paulo Picão, frisando que houve uma reactivação da ARN e que passará a haver compensações para os clubes que mais colaborem com as Associações Regionais. Informou a Assembleia que está ser negociada com a FER a criação de uma liga ibérica e que durante o tempo em que se desenrola esta competição, irá ser desenvolvido um campeonato regional em moldes a definir. Quanto ao caso específico dos Sub-20 tem a ver com a inexperiência e o repentismo em que foi organizado o jogo em questão e apresentou as desculpas pelo sucedido. Agradeceu as palavras e a colaboração do delegado José Maria Sampaio e do seu clube, mas por vezes as alterações ao calendário são impostas por organismos internacionais, nomeadamente, no caso do jogo de apuramento à II Divisão se vencermos o Trophy. Agradeceu também a intervenção do delegado dos árbitros informando que tem sido debatida com os seus representantes a hipótese de criação de dois grupos de árbitros, sendo um de elite.

Pedro Fragoso Mendes, delegado do GDD, referiu que a quebra das receitas tem de ser combatida por todos lembrando o ridículo de quando se pretendeu cobrar bilhetes haver sempre uma avalanche de pedidos de borlas. Sugeriu a hipótese de se realizarem alguns jogos de preparação da selecção em França, país onde vive um milhão de portugueses que gostam de rugby e que pagam para ver os jogos. Entende que os modelos competitivos têm de ser alterados radicalmente, considerando que a regionalização deve originar competições regionais.. Ao invés de Selecções regionais sugeriu a realização de competições a nível regional mas de clubes. Referiu ainda que as Selecções de XV e sevens são efectivamente o motor do desenvolvimento do rugby português.

Miguel Freudental subscreveu a hipótese da realização de jogos em França e chamou atenção para o facto de os calendários competitivos serem cada vez mais compactos inviabilizando algo que considera muito importante para o desenvolvimento e a formação das camadas jovens, as digressões.

O Presidente da Federação informou que a realização de jogos em França já tinha sido debatida e aprovada em reunião de Direcção. Quanto à cobrança de bilhetes informou que existe alguma resistência por parte dos patrocinadores que entendem que será prejudicial ao número de espectadores nos jogos. Existe uma expectativa de crescimento do apoio do IPDJ que irá permitir uma aposta maior nos sevens, em especial no sector feminino.

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou o ponto um à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 2 abstenções de Pedro Lucas e Artur Conceição, do Técnico, que solicitaram que ficasse registado em acta que o seu voto tem a ver com a incapacidade que tiveram em analisar em profundidade o documento em questão.

Antes de entrar no ponto dois o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Tito Arantes Fontes informou à Assembleia Geral que teve conhecimento de que o Basquetebol vai ter uma receita extraordinária de 600.000,00 euros via Jogos da Santa Casa da Misericórdia – Placard, e que o Rugby poderá vir a negociar a inclusão da modalidade nestas apostas, pois o Rugby está nas cinco maiores modalidades desportivas em Portugal.

Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da FPR que referiu que já tinha sido aprovado em dois mil e dezasseis que não tivesse remuneração por ter entendido não existirem condições financeiras para tal, o que veio a ser aprovado em Assembleia Geral. Entende que actualmente deve diminuir a sua actividade executiva em benefício de maior representação institucional e que no futuro havendo condições deve ser contratado um Director Executivo.

Intervieram de seguida os delegados do CF Belenenses-Miguel Freudental que louvou a atitude do Presidente mas que não concorda. O delegado do Técnico, Pedro Lucas, afirmou que ultimamente tem havido muita incompetência à frente dos destinos do Rugby e que considera irrelevante que o Presidente seja ou não remunerado, mas que é importante haver alguém responsável e remunerado. Referiu que na Irlanda o Presidente da Federação muda todos os anos sem que isso afecte o seu funcionamento, porque têm quadros profissionais e competentes. Por esse motivo vai abster-se voltando a frisar que o importante é existir alguém responsável.

Pedro Fragoso Mendes, delegado do GD Direito, respeita a opinião do Presidente vai abster-se.

João Paulo Sousa, do RC Loulé, disse que o importante é haver profissionalismo e responsáveis remunerados, não há almoços grátis, vai abster-se por respeitar a posição do Presidente.

O delegado dos treinadores Francisco Fragateiro concordou com o delegado do RC Loulé e referiu que se queremos ter estruturas profissionais e competentes e se queremos competir com o que de melhor há lá fora, temos de remunerar a estrutura.

O Presidente da Mesa esclareceu a Assembleia de que na realidade este ponto da ordem de trabalhos não é verdadeiramente uma proposta, pois a mesma já foi aprovada anteriormente, mas que por motivos burocráticos e administrativos irá ser exarado em acta que o Presidente não é remunerado e que esta deliberação tem efeitos reportados a 01 de Janeiro de 2017.

Fernando Manso, do CRAV, perguntou quem é que vai ser o executivo. Luis Cassiano Neves esclareceu que em dois mil e dezassete irá continuar assegurar o funcionamento da FPR, não em tempo inteiro mas a 80%.

Paulo Picão, da AA Coimbra, elogiou a posição do Presidente, salientando que a função executiva deveria continuar a ser bem desempenhada pelo Presidente da Federação.

Passando à discussão da matéria agendada sob o ponto três da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da FPR que afirmou que a cooptação de Marta Ferreira para Vice-Presidente é uma aposta para o desenvolvimento do rugby feminino, dos jogadores, árbitros e dirigentes, tendo feito uma breve apresentação do seu currículo.

Artur Conceição, do Técnico, perguntou se a Marta Ferreira irá desempenhar as mesmas funções do vice-presidente Francisco Branco ou se vai estar só no desenvolvimento do rugby feminino. Luis Cassiano Neves disse que vai ter a responsabilidade do pelouro do desenvolvimento no qual se inclui o rugby feminino, mas que nos primeiros tempos irá haver uma cooperação muito estreita entre o Presidente da Direcção e Marta Ferreira.

Pedro Lucas, do Técnico, achou negativo que ao fim de um ano dos cinco membros da Direcção que concorreram às eleições já tivessem saído dois e acha que a área do desenvolvimento deveria ter à sua frente uma pessoa com outro curriculum e experiência.

O Presidente Luis Cassiano Neves disse que o desenvolvimento é importante para a Direcção, mas que o financiamento vem pelo

desempenho das Selecções. A saída de Francisco Branco teve haver a com actividade profissional dele que se tornou incompatível com a actividade da Direcção, e que o Vice-presidente António Vieira de Almeida tem dado todo o apoio à Direcção. O único vice-presidente que efectivamente saiu foi Francisco Branco.

Não havendo mais quem desejasse usar da palavra, passou-se à votação do ponto três, tendo o mesmo foi aprovado por maioria, com 6 abstenções e 3 votos contra.

Passando ao ponto quatro da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra a Luis Cassiano Neves que apresentou as candidaturas que foram aprovadas em Direcção.

Alcino Silva, da CRR Centro, sugeriu que fosse feita uma revisão de existência efectiva dos clubes, porque alguns já desapareceram.

O delegado do Técnico, Pedro Lucas, pôs em causa a existência de um clube que nos seus Estatutos, segundo um artigo publicado no jornal “A Bola”, limita as inscrições dos seus jogadores às suas inclinações sexuais.

Alcino Silva considerou uma falta de respeito estar a pôr em causa a existência desse clube, abandonando a Assembleia.

Posta à votação o ponto quatro, foi o mesmo aprovado por maioria com uma abstenção.

Antes de dar por encerrados os trabalhos, o delegado do CRAV, Fernando Manso, falou na necessidade de se realizar um Congresso de Rugby que já foi anunciado muitas vezes.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu os trabalhos por encerrados pelas 20 horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.